

## POLÍCIA

policia@jj.com.br

PAULA MESTRINEL  
pmestrinel@jj.com.br

## Audiência pública

Na próxima quinta-feira (25), será realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Jundiá sobre o projeto de lei nº 12.242/2017, de autoria dos vereadores Faouz Taha, Leandro Palmarini, Paulo Sérgio Martins e Rafael Antonucci. O projeto tem intenção de proibir os fogos de artifícios e artefatos pirotécnicos de efeito sonoro. A audiência é aberta ao público e será às 19h.

## Louveira

A Câmara Municipal de Louveira aprovou Resolução aprovando a constituição de Comissão de Representação junto ao Conselho de Desenvolvimento e Conselho Consultivo do Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ). Os vereadores escolhidos foram: presidente da comissão, vereador Luiz Rosa (PMDB); vice-presidente da Comissão, vereador Laécio Néris (PTB); e membro, ver. Rodrigo (PSD).

## Moção

O vereador Márcio Pentecostes de Sousa (PMDB), o Márcio Cabeleireiro, apresenta na sessão ordinária da Câmara de Jundiá, amanhã (23), uma moção de repúdio ao governador do Estado, pela propaganda veiculada nos canais de TV, nas rádios e na Internet, sobre Jundiá pertencer à Região de Sorocaba.

## ▶ SESSÃO DE AMANHÃ

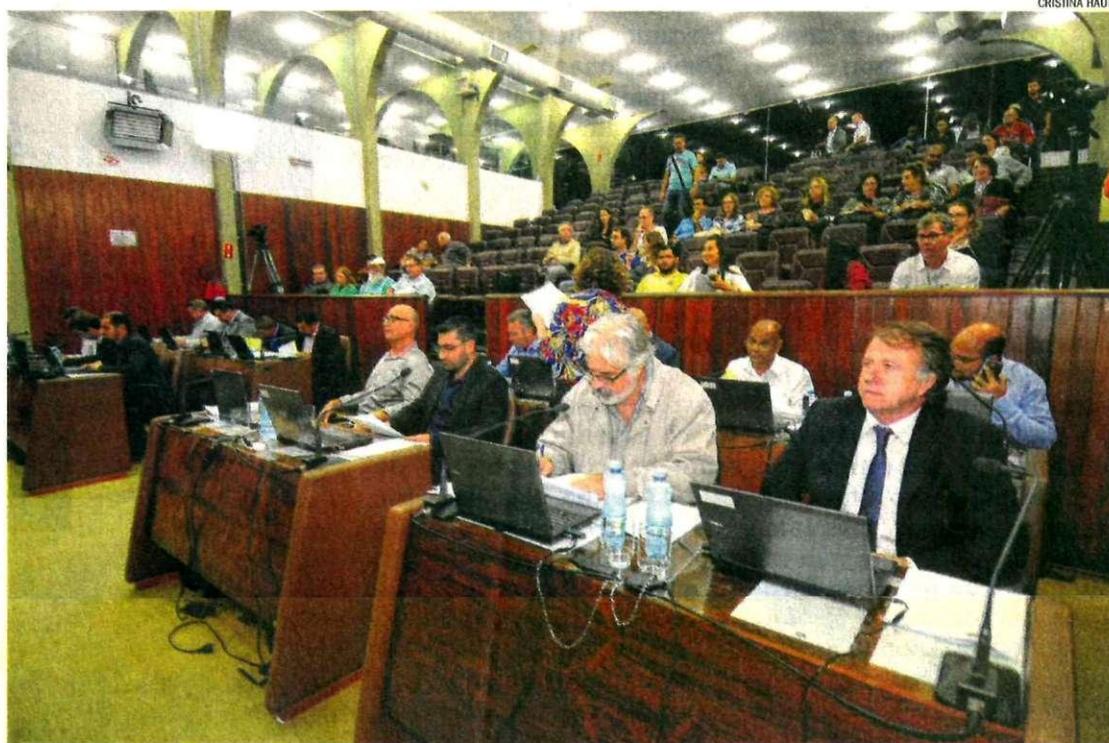
Vetos se referem a projetos sobre vistorias em marquise e também sobre agendamento de consultas para pessoas idosas

# Câmara aprecia dois vetos do prefeito e outros seis projetos

PAULA MESTRINEL  
pmestrinel@jj.com.br

A Câmara Municipal de Jundiá terá nove itens na pauta da sessão ordinária desta terça-feira (23), a partir das 18 horas. Os primeiros a serem votados são os vetos totais do Executivo ao projeto de lei do vereador Wagner Ligabó (PPS), que prevê vistorias periódicas em marquises e sacadas, e também ao projeto de Cícero Camargo da Silva (PROS), o Cícero da Saúde, que prevê, na rede municipal de saúde, agendamento telefônico de consultas para pessoas idosas, com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A proposta de Wagner Ligabó tramita desde março na Casa. A Comissão de Justiça e Redação (CJR) da Câmara deu parecer contrário ao veto do Executivo, que considerou o projeto inconstitucional e ilegal. "O sr. prefeito municipal considera a proposta cabível na competência (municipal) e na iniciativa (concorrente), mas alega ser ela ilegal e inconstitucional porque implica 'criação ou aumento de despesa pública, sem indicação dos recursos disponíveis'", informa o parecer. Além disso, a matéria im-



CRISTINA HAUIZ

PLENÁRIO Vereadores apreciam os projetos de lei a partir das 18h, nesta terça-feira (23), em Jundiá; há nove itens na pauta

plica em aumento da despesa pública, não prevista no orçamento, onerando a Administração, e também porque exigirá monitoramento de centenas de marquises existentes na cidade, recursos fiscais e técnicos não disponíveis na estrutura da prefeitura, conforme consta no texto.

A Procuradoria Jurídica discorda das razões do veto "porque a Câmara tem competência para legislar sobre assuntos de interesse

local, inclusive no sentido de complementar a legislação federal e estadual no que couber". Perante o contexto, o relator - representado pelo vereador Marcelo Gastaldo (PTB), presidente da CJR - conclui com voto pela rejeição do veto total.

O mesmo ocorreu com o projeto de Cícero da Saúde, barrado pelo Executivo por inconstitucionalidade e ilegalidade. A CJR deu parecer contrário na semana passada e vota pela rejeição do

veto do prefeito, justificando os mesmos motivos do projeto de Ligabó: "que a Câmara tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (...)." A proposta também tramita na Casa desde março.

## Ainda na pauta

Além dos vetos, seis projetos de lei e uma moção serão apreciados pelos vereadores na noite de amanhã. Valdeci Vilar (PTB) apresenta o projeto nº 12.110/2016,

que inclui no calendário municipal de eventos o "Dia dos Pais" (segundo domingo de agosto). Já o vereador Douglas Medeiros (PP) apresenta o projeto de lei nº 12.190/2017, que institui a "Campanha de Valorização do Professor e Combate à Violência no Ambiente Escolar".

Os outros projetos são do vereador Wagner Ligabó (nº 12.208/2017), que exige brigada profissional de bombeiros civis em estabelecimentos como shoppings, casa de shows, hipermercados, e outros; do vereador Cícero da Saúde (nº 12.239/2017), que altera a lei 2.722/1984, para prever hortas comunitárias nas escolas da rede municipal de ensino, para que estas sejam orgânicas; e o de número 12.254/2017, do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), que institui notificação compulsória de violência nas seguintes categorias: contra o idoso, contra a mulher, contra a criança e o adolescente, e contra a pessoa com deficiência, entre outros.

O último projeto de lei é do vereador e presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), que denomina "Rua Florindo Gambini" a Rua 1 do loteamento Chácaras de Recreio Terra Nova.